



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

AS IDEOLOGIAS DO CAPITAL PARA O CAMPO BRASILEIRO: O AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Suzane Tosta Souza
(UESB)

Jânio Roberto Diniz dos Santos
(UESB)

RESUMO

O presente artigo busca compreender e discutir as investidas mais atuais do capital para o campo brasileiro, em destaque: o agronegócio e a agricultura familiar, entendendo que se tratade discursos e ações ideológicas do capital para se apropriar da produção do campo, em destaque a produção camponesa. Esses discursos apresentam-se como possibilidade de superação do atraso do campo brasileiro, inserindo-o na moderna lógica do capital, mas, na realidade, se concretizam no controle societal do capital de toda a riqueza produzida no campo brasileiro, beneficiando as classes detentoras dos meios de produção (capitalistas e proprietários fundiários) em detrimento dos interesses daqueles que vivem do trabalho, sejam esses camponeses ou trabalhadores assalariados.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. Agricultura Familiar. Ideologia.

INTRODUÇÃO

O agronegócio significa a tradução do conceito de “*agribusiness*” (agricultura de negócio) e foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Posteriormente este termo foi traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A.

Professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutores em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e pela Universidade de São Paulo. Coordenadores do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade do Trabalho e relação Campo – Cidade/CNPq. Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais UFS/CNPq. Membros do Grupo de Estudos Ideologias e Lutas de Classes/Museu Pedagógico/UESB. Coordenadores da Pesquisa: Luta pelo Trabalho na periferia urbana de Vitória da Conquista – UESB/FAPESB/CNPq. E-mail: suzanetosta@gmail.com; jandiniz@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresarial e acadêmico. (OLIVEIRA, 2005⁶⁵).

Para Marcos Sawaya Jank, o agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados (Estado de São Paulo, 1º Caderno, 05/07/2005, p. A2).

De acordo com documento disposto no Portal do Agronegócio, este pode ser entendido como,

(...) toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas. No Brasil o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agicultura em grande escala, baseada no plantio — ou na criação de rebanhos — em grandes extensões de terra. Estes negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos. Este tipo de produção agrícola também é chamada de *agribusiness* ou *agrobusiness*.

O agronegócio é apresentado enquanto a grande perspectiva para o campo brasileiro, em que o discurso ideológico se faz no sentido de demonstrar que os problemas do campo brasileiro encontram-se superados, tendo em vista as perspectivas de aumento da produção e da produtividade, e não as condições de vida daqueles que vivem no campo – os trabalhadores assalariados e camponeses. Nesse discurso – da produção e da produtividade, são suplantadas a necessária revisão da estrutura fundiária brasileira, bem como a necessidade da reforma agrária, assim como uma política de manutenção do homem no campo, a menos que seja enquanto “agricultor familiar” sujeitado as demandas do agronegócio.

⁶⁵ De acordo com informações disponibilizadas em palestra realizada na FFLCH-USP em outubro de 2005.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

É o discurso do “desenvolvimento” e da técnica como forma de levar a sociedade a um patamar superior. Na prática ocorre um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o *ranking* das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro, que emprega atualmente 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo (www.portaldoagronegocio.com.br).

A sede da expansão do agronegócio é tamanha, e os latifundiários que controlam a grande maioria das terras no país passam a difundir o discurso das potencialidades naturais do país, como forma de garantir a apropriação de novos territórios, onde expropriam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, que se reproduzem historicamente em muitas dessas áreas. Isto é visível nos dados apresentados pelo Portal do Agronegócio, quando divulga que o país possui ainda 90 milhões de terras agricultáveis ainda não utilizadas, podendo aumentar em, no mínimo, três vezes sua atual produção de grãos, saltando dos atuais 123,2 milhões para 367,2 milhões de toneladas. Com isso, o país chegaria a uma área plantada de 140 milhões de hectares, com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Nordeste, tudo isso, segundo este discurso “sem causar qualquer impacto à Amazônia e em total sintonia e respeito à legislação ambiental”.

Para os latifundiários não basta terem se beneficiado, de forma ampla, com os projetos de colonização promovidos pelo Estado, onde se apropriaram de imensos latifúndios, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

promoveram o processo de expulsão das populações locais. Quanto ao “cumprimento da legislação ambiental”, nas áreas de expansão do agronegócio, o processo de destruição da floresta amazônica pelos grandes grupos madeireiros, em imensas áreas para posterior implantação de grandes fazendas de gado e de cultivos voltados à exportação, não deixam margem para que se questione este “cuidado com a natureza”. Ademais, os objetivos do agronegócio voltados para a reprodução capitalista são irreconciliáveis frente ao ritmo da natureza. Portanto, em uma sociedade que prima, cada vez mais, pela produção exacerbada de valores de troca, jamais seria possível se gestar um modelo em que se considerasse um equilíbrio na relação sociedade e natureza.

O capital atua em consonância com os interesses dos grandes proprietários e não raramente pode-se verificar que o capitalista e o proprietário podem ser a mesma pessoa. Neste caso, o capital se territorializa no campo, e o capitalista torna-se também grande proprietário, imobilizando parte de seu capital na compra da terra, em que, por meio da produção, possa garantir a apropriação da renda da terra e do lucro, ao transformar a produção em mercadorias.

Por outro lado, essa não é a única forma do capital atuar no campo brasileiro. Este também busca outras formas de garantir sua reprodução, quando a força de trabalho camponesa ganha relevância. Esse processo acontece, sobretudo, quando o capitalista não se torna proprietário, mas desenvolve outras formas de se apropriar do produto da produção através da sujeição da renda da terra ao capital. Assim sendo, o capitalista não se torna proprietário, mas se apropria da renda que deveria ser destinada ao produtor direto. Um exemplo mais claro dessa sujeição pode ser verificado nas granjas de frango do Sul do país, por exemplo, quando o capital não precisa expropriar o camponês da terra, mas fazê-lo trabalhar de acordo as suas demandas. Isto quer dizer que este camponês não vai mais produzir o que desejar, mas o que as indústrias definirem (determinando ainda como e quanto estes devem produzir e se estes não conseguem tornam-se



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

ameaçados). Desta forma, o capital consegue transformar o camponês em mera força de trabalho, e não precisa investir parte do seu capital no pagamento do salário.

O agronegócio conta com uma estrutura de funcionamento que permite a associação da produção agrícola com os outros setores produtivos, de modo que grande parte de produção já sai do campo industrializada, ou beneficiada. Todo aparato que envolve as atividades voltadas ao agronegócio são classificadas em três partes, conforme informações disposta no portão do agronegócio. A primeira parte corresponde aos negócios agropecuários propriamente ditos (ou de "dentro da porteira") que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas). Em segundo lugar, tem-se os negócios à montante (ou "da pré-porteira") aos da agropecuária, representados pela indústrias e comércios que fornecem insumos para os negócios agropecuários; a exemplo dos fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, maquinário de diversos portes (tratores, colheadeiras, dentre outros), etc. Em terceiro lugar, estão os negócios à jusante dos empreendimentos agropecuários. São os negócios "pós-porteira", aqueles que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais; por exemplo, os frigoríficos, as fábricas de fiação, tecelagem e de roupas, os curtumes e as fábricas de calçados, os supermercados e varejistas de alimentos etc.

Trata-se de superar a dicotomia entre a agricultura e os outros ramos da produção, em que se pretende "elevar" o campo ao patamar da indústria e do comércio, adequando, automaticamente, as demandas do modelo produtivo, das novas investidas do capital no campo.

O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira, nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

industriais e de serviços. Hoje, os principais insumos da agropecuária, tais como fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis e outros, e a maquinaria utilizada (tratores, colheitadeiras e outros equipamentos), são predominantemente provenientes de setores industriais, especializados em produtos para a agropecuária. Da mesma forma, os produtos de origem agropecuária destinam-se, crescentemente, a agroindústrias especializadas no processamento de matérias-primas e de alimentos industrializados, consumidos no mercado interno urbano e exportados (www.abag.com.br).⁶⁶

Os dados apresentados pelo portal do agronegócio, para o ano de 2007 são os seguintes: A safra de grãos, por exemplo, saltou de 57,8 milhões de toneladas para 123,2 milhões de toneladas entre as safras 1990/1991 e 2002/2003. Nesse período, a evolução da pecuária também foi invejável, com destaque para a avicultura, cuja produção aumentou 234% - ou incríveis 16,7% ao ano -, passando de 2,3 milhões para 7,8 milhões de toneladas; 1990 para cá, a produção de grãos no Brasil cresceu 131%; a pecuária registra um crescimento espetacular. De 1990 a 2003, a produção de carne bovina aumentou 85,2% - ou 6,1% ao ano -, passando de 4,1 milhões para 7,6 milhões de toneladas. Nesse período, a suinocultura cresceu 173,3%, ou 12,4% ao ano. A produção de carne suína saltou de 1 milhão para 2,87 milhões de toneladas; no setor avícola, o país é o segundo maior do mundo. Em suínos, tem a terceira maior população do globo; o país é o maior produtor mundial de cana, com uma área plantada de 5,4 milhões de hectares e uma safra anual de cerca de 354 milhões de toneladas. Em consequência disso, o país é o mais importante produtor de açúcar e de álcool⁶⁷; em 2003, segundo dados

⁶⁶A compreensão desta nova realidade da agricultura brasileira foi difundida a partir da publicação do livro "Complexo Agroindustrial - o *Agribusiness* Brasileiro" de autoria de Ney Bittencourt de Araújo e outros (Araújo, 1990). Outros estudos sobre o tema seguiram-se, com destaque para trabalhos de universidades e institutos de pesquisa, como o Grupo Pensa da Universidade de São Paulo, CNPq (Caldas, 1998), Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural 1998, 1999), Associação Brasileira de *Agribusiness* (PINAZZA, 1999), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (Haddad, 1999; Castro Gomes (1999) e teses acadêmicas defendidas em centros de pós-graduação em economia agrícola (Furtuoso, 1998).

⁶⁷ Acrescenta-se a esse fato todo incentivo do Governo Federal para a plantação de cana e toda política voltada a produção do etanol, bem como, os interesses de grandes grupos econômicos mundiais em investir no Brasil, na produção de tal produto.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização (SPC), as exportações de açúcar atingiram 12,9 milhões de toneladas, com receitas de US\$ 2,1 bilhões, um resultado 2,2% superior ao registrado em 2002; já a produção em 2003/2004 chegou a 24,8 milhões de toneladas de açúcar; no que se refere ao café, com uma área plantada de 2,2 milhões de hectares, o Brasil teve uma safra de 28,82 milhões de sacas em 2003/04.

Com relação à pecuária, os dados apresentados no portal do agronegócio destacam que, os produtos de origem bovina, suína e de aves elevaram as exportações do complexo carne a US\$ 4,1 bilhões em 2003, com um aumento de 31% em comparação com o resultado de 2002. Com isso, o Brasil passou a liderar o ranking dos maiores exportadores de carne bovina e de frangos. As exportações de carne bovina in natura e industrializada cresceram 40% em 2003, chegando a US\$ 1,5 bilhão; em 2003, o país assumiu ainda a liderança do ranking dos maiores exportadores do setor avícola⁶⁸, com crescimento de 20% em relação a 2002. A soja é hoje o principal grão do agronegócio brasileiro. O país é o segundo maior produtor mundial de oleaginosa, com uma safra de 52 milhões de toneladas e uma área plantada de 18,4 milhões de hectares na temporada 2002/2003. A fruticultura é estratégica para o agronegócio brasileiro. Com um superávit de US\$ 267 milhões em 2003, o setor ocupa uma área de 3,4 milhões de hectares; o Brasil é o terceiro pólo mundial de fruticultura, com uma produção anual de cerca de 38 milhões de toneladas. Em 2003, as vendas externas de frutas frescas alcançaram US\$ 335,3 milhões, com um aumento de 39% em comparação aos US\$ 241 milhões obtidos em 2002. A indústria brasileira de papel e celulose tem vocação exportadora, graças a sua competitividade, o que tem se refletido no aumento de

⁶⁸ Destacam-se, com relação a isso, os programas de “integração” das pequenas granjas às grandes empresas, onde, no geral, as empresas fornecem os filhotes “pintos”, as rações e alguns equipamentos, ficando a cargo de pequeno produtor todos os riscos da produção, os custos com força de trabalho, bem como a obrigação de cumprir as metas de produtividade das empresas. Caso não consiga, o produtor tornasse endividado, criando um laço de forte dependência com as empresas e que descaracteriza, completamente a perspectiva de “autonomia”, de “liberdade” ainda que relativa que caracteriza a economia camponesa. Assim, perde-se o controle do tempo do trabalho e o produtor se converte em um funcionário da empresa, um cumpridor de ordens do que é por esta estabelecido.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sua participação no comércio internacional. Em 2003, as exportações de celulose cresceram mais de 50% em relação ao ano anterior, saltando de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 1,7 bilhão.

Este mesmo cenário “promissor”, do agronegócio brasileiro, é vislumbrado para os cultivos do algodão, do cacau, assim como, para a agricultura orgânica. Ironicamente, o capital, ao mesmo tempo em que difunde a ampla utilização de produtos químicos na agricultura – como forma de aumentar os “excelentes” níveis de produção e produtividade, consolidando a dependência para com as indústrias produtoras, passa agora, a incentivar a agricultura orgânica como algo “novo”, como se esta não fosse extremamente afetada pela própria sanha do capital. Dessa forma, o capital destrói e depois recria para agregar novos valores a tais produtos orgânicos, sendo seu consumo direcionado, mais especificamente, as camadas mais abastadas da sociedade, e tendo, os seus produtores uma possibilidade de auferir maior renda da terra.

Na Bahia, o discurso do agronegócio é amplamente difundido pelo Governo do Estado e seus “teóricos” imediatos, através de uma série de trabalhos e publicações voltados a difusão e aceitação desse modelo como a única via possível na busca de atingir a “modernização”⁶⁹. Analisando, brevemente, tais publicações, percebe-se uma opção clara pelo agronegócio e a leitura que se tem da agricultura familiar é aquela da integração. Para demonstrar o “destaque” da agricultura baiana enfatiza-se dois principais aspectos: ou a difusão do agronegócio, e do produtivismo, propriamente dito e as perspectivas de “desenvolvimento” no território baiano⁷⁰, ou o incentivo à “modernização” para a agricultura familiar,

⁶⁹ Neste sentido pode-se destacar uma série de publicações viabilizadas a partir de recursos “públicos” para difundir fins “privados”. Tais publicações (onde se utiliza material de primeira qualidade) podem ser encontradas na Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia – SEI, como na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Neste trabalho, analisamos de forma mais geral: A Revista Bahia Agrícola: Recentes Transformações do Rural Baiano e Flores: um grande destaque do Agronegócio da Bahia, e Bahia Análise & Dados. Agro Baiano (ambos das da SEI); Desempenho do Agronegócio 2003-2006, BAHIA AGRÍCOLA. Agricultura Familiar: Questões Atuais; O Agronegócio Baiano 1995-2006.

⁷⁰ É importante destacar que a concepção de território trabalhada por estes órgãos é extremamente distanciada das discussões teóricas que se faz na Geografia, onde remete a relações de poder, projetos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

muitas vezes associada ao discurso da integração, posto serem essas unidades, não raramente, tratadas como atrasadas a aquém do “desenvolvimento”. Isto pode ser observado na análise de Couto Filho (2004) quando aponta o “produtivismo”⁷¹ como grande auxiliar na difusão do agronegócio. Para o autor na,

(...) busca do aumento dos rendimentos físicos por hectare com menores custos, baseando-se na utilização intensiva de insumos químicos, máquinas e equipamentos, na monocultura e na produção em grande escala de commodities. Foi difundido pelos EUA e por alguns países da Europa, a partir dos anos 60, especialmente no hemisfério sul, por meio da conhecida Revolução Verde (p. 835).

Acrescentando ainda que além do uso de máquinas, equipamentos, sementes geneticamente melhoradas (transgênicos) e irrigação, a produção de *commodities*, a concentração fundiária e a desocupação da mão de obra são características do referido “modelo”. Com relação à estrutura fundiária deixa claro que, de fato, nos locais onde tal “modelo produtivista” se implantou com mais intensidade houve uma concentração das terras nas mãos de pouco, contudo, na leitura do autor, isto seria considerado o ideal, ou seja, uma característica “natural” que demonstra que tal “modelo” está “dando certo”. Outra “variável”, segundo Couto Filho (2004) da “modernização da agropecuária” seria a ocupação da mão de obra, quando destaca que: “O modelo produtivista realmente está se implantando e substituindo trabalhadores por máquinas, especialmente nos estabelecimentos de maior extensão, onde a monocultura, as máquinas e outros insumos se adaptam melhor”. (p. 839). A análise do autor aponta como caminho para o campo brasileiro “um modelo” que concentrou a terra, a renda e expropriou centenas de famílias camponesas, demonstrando uma clara opção de classe.

territoriais em disputa e luta de classe. No caso da concepção das publicações do Governo da Bahia o território pode ser entendido como área, onde se definem os “potenciais” produtivos de cada uma, na ótica do agronegócio.

⁷¹ Entende por produtivismo à incorporação, aperfeiçoamento e difusão do modelo de produção agropecuária dominante no mundo – o agronegócio.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Esse conteúdo ideológico demonstra um desconhecimento histórico, primeiro porque ignora o fato de que são os pequenos e médios produtores que garantem a maior parte da produção agrícola do país e do Estado da Bahia, embora esses não sejam considerados como política prioritária no campo pelo Estado; segundo que a concentração fundiária ao contrário de garantir maiores índices de “produtividade” historicamente garantiu que a terra fosse mantida como reserva patrimonial, reserva de valor, fato, inclusive, reconhecido por muitos teóricos do próprio capital. Por fim, a dispensa de força de trabalho cria um grave problema social no país, além de difundir a ideologia do não trabalho, inaceitável para quem parte da análise das contradições do modo de produção capitalista, posto que esse para se realizar necessita do trabalho. Tais discursos acabam por justificar a precarização do trabalho, por meio do qual o capital encontra novo fôlego.

Na mesma concepção de Couto Filho (2004) também Vianna (2004) busca demonstrar, com base em dados estatísticos, o crescimento do agronegócio baiano, que segundo ele representa uma verdadeira “revolução silenciosa” no campo. Nesse discurso, a agricultura camponesa é condenada, a não ser que esta se desenvolva inteiramente integrada ao agronegócio. O que difere a análise dos dois autores é que Vianna (2004) reconhece que a concentração fundiária precisa ser revista, para não “comprometer” o pleno desenvolvimento do agronegócio. Contudo, esta discussão não pode enveredar por um caminho “político-ideológico” e essa “disponibilidade de terra no país” deve servir para a implantação de projetos “profissionalizados” de reforma agrária. Ou seja, nesta perspectiva caberiam os pequenos agricultores, mas totalmente subjugados aos projetos do capital no campo. A luta pela terra é condenada e verifica-se um total desconhecimento da história do nosso país, onde centenas e milhares de famílias foram impedidas, historicamente, de terem o acesso a terra, ou quando tiveram acabaram perdendo suas terras por meio da pressão dos latifundiários, ou por conta das dificuldades de nessa se manter. Esse desconhecimento histórico do



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

autor pode ser visualizado em seu entendimento sobre a questão agrária brasileira, quando destaca que:

(...) entende-se como urgente o estabelecimento de uma agenda positiva, uma agenda para a “Paz no Campo”, contando com todos os atores envolvidos e buscando-se, como objetivo maior, um consenso que atenda aos interesses maiores do Brasil, portanto, superiores aos grupos, facções, seitas e partidos. (p. 866)

É como se a sociedade convivesse em plena harmonia e pairasse acima das contradições estruturais do capital, negando toda a história conflituosa que caracteriza o campo brasileiro, como se a sociedade de classes não existisse e como se a riqueza das classes dominantes, historicamente, não se realizasse, exatamente, na exploração da classe trabalhadora. Desconhece-se as próprias contradições sobre as quais se sustenta o modo capitalista de produção, na produção social e na apropriação privada daquilo que é socialmente produzido, o que traz para a centralidade da discussão o entendimento da sociedade de classes. Através de tais discursos encobrem-se as contradições capital *versus* trabalho, e justifica-se, por meios “naturais” e não “sociais” as diferentes condições objetivas entre os sujeitos sociais no capitalismo.

É este o “discurso” colocado em prática pelos teóricos do Estado, o que deixa clara a ideologia reinante nesse tipo de pensamento, as concepções do Estado Burguês em sua tarefa de garantir a reprodução das classes dominantes.

Como exemplo dessa realidade, estima-se que cerca de 350 agricultores americanos já compraram propriedades rurais no Brasil e até 2010, o investimento pode chegar a o equivalente a R\$ 815 milhões de reais. Em contraposição, Carvalho (2007) destaca a existência de mais de 8 milhões de trabalhadores assalariados e camponeses sem-terra no Brasil, cuja especulação e valorização das terras acaba levando o Estado a distanciar-se, cada vez mais, da real necessidade de realizar a reforma agrária. Claro está que não é de interesse do Governo brasileiro realizar a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

reforma agrária, de forma a permitir o acesso à terra a milhares de camponeses sem-terra, e esta só será viabilizada na base da luta, do enfrentamento de interesses frente ao Estado e ao capital, no acender da luta de classes.

Os movimentos sociais vêm desenvolvendo ações como forma de denunciar o modelo do agronegócio para o campo brasileiro, responsável pela expulsão e superexploração de centenas de trabalhadores assalariados e camponeses, e não raramente se utilizando do trabalho escravo e semi-escravo, como condição de se reproduzir com maiores margens de lucro⁷². A ação do agronegócio frente os trabalhadores é demonstrada pela Radio agência Nacional, em entrevista publicada por Danilo Palmieri, em abril de 2007, quando destaca que:

O Setor açucareiro é o que mais explora o trabalhador. Para se ter uma idéia, um cortador de cana corta aproximadamente 15 toneladas de cana por dia, isso significa aproximadamente 10 mil golpes de facão. Na última quinta-feira (19), a polícia libertou 68 trabalhadores de uma usina de produção de etanol no município de Itaruma (GO), que viviam em condições precárias. Estima-se que no Brasil existam aproximadamente 25 mil trabalhadores que vivem em condições semelhantes à escravidão (RADIO AGÊNCIA NACIONAL, 23/04/2007).

Para além dos “discursos” voltados a difusão do modelo único – com base no agronegócio, verifica-se a realidade que se expressa nos dados apresentados pelo Censo da Agricultura familiar, no ano de 2006, que aponta que as pequenas propriedades, que são 84,4% do total de estabelecimentos rurais no país, controlam apenas 24,3% das terras, possuindo um valor bruto da produção por área total de 677 reais/ha, sendo que a agricultura não familiar (empresarial-capitalista) possui um valor bruto da produção bem menor, ou seja, 358 reais/ha,

⁷² De acordo com dados publicados pela Radio agência NP, em junho 2007, foram registradas mais duas mortes de trabalhadores nas lavouras de cana-de-açúcar (um dos grandes filões do agronegócio brasileiro), subindo para 19 mortes no total em dois anos. De acordo com as investigações tais mortes ocorrem devido às péssimas condições de trabalho e que os trabalhadores estão submetidos. De acordo com o advogado da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Aton Fon, o atual acordo entre Brasil e Estados Unidos para a produção de agro-combustível, dificulta a fiscalização do setor tendo em vista que a preocupação do governo agora é aumentar o plantio da monocultura e isso não prioriza as boas condições de trabalho para os cortadores (RADIO AGÊNCIA NP, abril de 2007).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

evidenciando o caráter concentrado da terra e a não ou pouca utilização de grande parte dessas terras para fins produtivos. Apesar de possuir a menor quantidade de terras, o Censo Agropecuário (2006) aponta que são essas pequenas propriedades quem produz a grande maioria dos cultivos e criações voltados para o abastecimento do mercado interno, como o feijão (70%), milho (46%), mandioca (87%), arroz (34%), café (38%), trigo (21%) e soja (16%). Destacam-se ainda com 58% da produção de leite, aves (50%), suínos (59%) e bovinos (30%). Também são essas propriedades quem mais emprega trabalhadores, com uma média de 15,3 trabalhadores por 100 ha, em oposição à agricultura dita não familiar, que emprega apenas 1,7 trabalhadores a cada 100 ha. É preciso se ressaltar que não estamos defendendo a definição da agricultura familiar, questão que apontaremos no próximo subitem, apenas nos valem desses dados oficiais para demonstrar a inviabilidade produtiva do agronegócio fundado nas grandes propriedades.

Pela leitura dos dados apresentados, embora se possa considerar as contradições do processo, “o mito do discurso do agronegócio” não têm garantido a maior parte da produção agrícola e da criação de animais no país, com destaque as existentes nas pequenas e médias propriedades. Contudo, não se pode desconsiderar os processos de sujeição da renda da terra ao capital e as formas que o agronegócio tem desenvolvido para se apropriar do produto do trabalho camponês, a exemplo da produção de frango “integrada” ao agronegócio, mas realizada, sobretudo, nas pequenas e médias propriedades.

O agronegócio apresenta-se como o que há de mais “moderno” e “eficiente” no campo brasileiro, contudo, tal “modernidade” se faz através da reprodução do que há de mais atrasado – as relações de trabalho degradantes (escravas e semi-escravas), conforme flagrantes dados por fiscais do Ministério do Trabalho, em diversos latifúndios do país, a exemplo da ação que resgatou 1.108 trabalhadores, no dia 30 de setembro de 2007, em condições análogas a escravidão, na fazenda Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), cujo principal cultivo é um dos carros chefes



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

do agronegócio brasileiro - a da cana de açúcar, localizada no município de Ulianópolis, onde os trabalhadores dormiam em alojamentos superlotados com esgoto a céu aberto, recebiam comida estragada e água sem condições de consumo, além de salários que chegavam a R\$ 10,00 por mês.

Antes dessa operação a maior libertação de trabalhadores em condições de escravidão havia acontecido na Destilaria Gameleira, em junho de 2005, quando 1003 pessoas foram libertadas. Entretanto, apesar da cana figurar entre as maiores libertações, esta não é a atividade que mais usa trabalhadores escravos no país - posto esse que pertence à criação de gado bovino, outro mote do agronegócio brasileiro, também conhecido como “agroboi”. O trabalho escravo no século 21 é uma realidade que se reproduz no agronegócio, se estendendo ao conjunto dos trabalhadores assalariados e camponeses sem-terra ou com pouca terra no campo brasileiro, englobando também indígenas expropriados de suas terras onde viviam a centenas de anos.

Por outro lado, as classes dominantes vêm se articulando no sentido de minimizar as ações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho, onde a última investida da bancada ruralista foi exatamente a aprovação na Câmara dos Deputados de uma emenda que abre brechas para a exploração do trabalho escravo no país, criando as condições de aumento da renda da terra e do lucro para os latifundiários e as grandes empresas.

Foi aprovada no dia 13 de fevereiro pela Câmara dos Deputados a emenda do senador Ney Suassuna ao Projeto de Lei 6.272 de 2005, conhecido como Super Receita, que diminui os poderes dos fiscais de trabalho, já que a partir de sua homologação qualquer decisão sobre reconhecimento de relações trabalhistas deverá passar primeiro pela Justiça do Trabalho. Os fiscais não poderão mais fazer autuações em flagrante de empresas e empregadores em situações irregulares. Com isso, a denúncia deve ser encaminhada e julgada pela Justiça, da mesma forma que já acontece em muitas empresas de comunicação. A decisão irá prejudicar o combate ao trabalho escravo e beneficiará aqueles que têm nas suas terras ou em sua empresa a prática do trabalho



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

escravo ou sonegação. A emenda ainda aguarda a votação de outras emendas e a sanção presidencial do projeto para entrar em vigor. (www.mst.org.br)

Martins (2000) ao destacar o processo de deslocamento da fronteira econômica em direção a Amazônia desmistifica a função “emancipadora” dessa “modernização” técnica e econômica, quando grande parte dessas empresas recorre ao trabalho escravo, a peonagem, a escravidão por dívida, como condição fundamental para implantar os megaprojetos agropecuários. Ainda de acordo com levantamentos feitos por pesquisadores, na região amazônica, estima-se que na década de 1970 mais de meio milhão de trabalhadores foram submetidos à escravidão, e foram estes que permitiram, com o suor do seu trabalho, a implantação das novas e modernas empresas agropecuárias, que se concretizou a base de perseguições, torturas e violência dos pistoleiros. Este processo, portanto, segundo Martins, pode ser considerado “um retrocesso histórico espantoso em nome da modernização econômica e tecnológica”.

Ao analisar o campo, Oliveira (2003), deixa claro que a modernidade e a barbárie são face de uma mesma moeda, que caminham juntas, onde o preço de modernidade reproduz a barbárie e desta se vale. Por conta desse quadro que caracteriza o campo brasileiro, a manutenção de uma estrutura agrária concentrada, a expropriação de centenas de famílias camponesas de seus espaços de reprodução social, o desemprego estrutural (tanto no campo, como nas cidades) e a condição de miséria imposta à grande parte da população pobre deste país, faz reacender as possibilidades da luta de classes, cuja expressão mais visível passa a ser, sem dúvida, a luta pela terra, mediante organização dos movimentos sociais rurais.

Por outro lado, a classe dominante reage na tentativa de manter seus privilégios, o que redundará na perseguição e criminalização dos movimentos sociais, bem como ameaças, prisões e mortes de seus integrantes. Esses também se articulam enquanto classe e buscam, sobretudo, via bancada ruralista e seus



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

aliados mais imediatos impedir que a demanda dos trabalhadores assalariados e camponeses se efetive, inicialmente, mediante a realização de um significativo programa de reforma agrária. Permitir a realização da reforma agrária, para esses latifundiários e capitalistas seria perder o controle sobre o processo do trabalho, possibilidade de extração da renda da terra para os primeiros e do lucro para os segundos.

Predomina a opção do Estado brasileiro pelo agronegócio, e o “discurso” do desenvolvimento, permite mascarar a concentração das propriedades agricultáveis, nas mãos de poucos donos, em que a grande propriedade, agora reconhecida enquanto “empresa rural”, ao mesmo tempo em que se mantêm, permite aos grandes proprietários todos os privilégios e incentivos por parte do Estado.

Oliveira (2005)⁷³ deixa claro que a expansão do agronegócio leva a redução da produção de alimentos para o mercado interno, repercutindo na perda da segurança e da soberania alimentar, ao mesmo tempo, constitui-se na reatualização do passado, quando o discurso do “moderno” se efetua as custas do que há de mais “atrasado” – a manutenção de uma estrutura agrária extremamente concentrada e a precarização das condições de trabalho – que encontra um novo fôlego no trabalho escravo, o que o leva a definir o agronegócio como “a ideologia rentista do latifúndio capitalista”, por meio do qual os grandes grupos empresariais e latifundiários viabilizam os meios de garantir maiores possibilidade de extração do lucro e da renda da terra.

Para o autor é o campesinato que produz alimentos para o mercado interno na sociedade capitalista, sendo a produção do agronegócio voltada, sobretudo, para o mercado externo. Contudo, estes estão perdendo espaço ou sobrevivem com grandes dificuldades, o que tem levado a saída de centenas e milhares de famílias do campo. Nesse direcionamento, Oliveira (2005) levanta como possibilidade

⁷³ Em palestra realizada no Auditório de Geografia da USP, FFLCH, em dezembro de 2005.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

concreta para a viabilidade da agricultura camponesa a realização de um amplo projeto de reforma agrária, que deve ser entendida como uma política de desenvolvimento econômico, social e político, que contribuirá para a consolidação da classe camponesa.

Para nós, a realização de um programa de reforma agrária tocaria num ponto chave da questão agrária brasileira – a estrutura fundiária, ao passo em que permitindo o acesso a terra, interferiria, diretamente, no esquema de exploração do trabalho a que trabalhadores assalariados e camponeses estão sujeito desde os tempos mais remotos de nossa história. Instauraria outra relação de trabalho, uma vez que os produtores diretos se apropriariam do produto de seu trabalho e teriam controle e conhecimento do processo produtivo, diferente do que acontece na ótica do latifúndio, capitalista ou não. Por outro lado, não se quer dizer com isso que a realização da reforma agrária resolveria todos os problemas dos trabalhadores assalariados e camponeses, o que requer uma análise do próprio modo de produção e de transformações estruturais que deveriam se ampliar para todos os setores da sociedade.

Contudo, na atual conjuntura, em que se tem uma aliança de classe muito bem consolidada no campo brasileiro e onde o Estado encontra-se cada vez mais atrelado aos interesses dos capitalistas e latifundiários, inclusive dando todo suporte para o processo de reprodução do capital no campo, cabe-nos considerar que não é de interesse a realização da reforma agrária, e que esta, para se efetivar deve ser produto de muita luta por parte dos trabalhadores assalariados e camponeses sem terra. A opção pela agricultura camponesa se faz no sentido que nessa forma de produzir a terra é de fato utilizada, ao contrário da agricultura nos moldes do latifúndio, quando a mesma é utilizada como reserva de valor e como possibilidade de extrair a renda.

Além de garantir os tentáculos do agronegócio, o capital também apresenta uma via de mão dupla no campo brasileiro, uma vez que busca ainda



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

criar as condições para se apropriar da produção gerada pela agricultura camponesa (que conforme os dados apresentados anteriormente são significativos do ponto de vista da produção agropecuária); assim sendo, o objetivo central passa a ser transformar esses sujeitos sociais (os camponeses) em “novos” personagens, mais adequados ao modelo produtivo, ou melhor, completamente inseridos de forma subordinada, daí o discurso da agricultura familiar. Com isso, reproduz a força de trabalho camponesa, mas não o conteúdo político, de classe, que historicamente caracterizou estes sujeitos sociais.

(...) As ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão de ordem social correta e apropriada como um todo abrangente. (...) O conflito mais fundamental na arena social refere-se a própria estrutura social que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de qualquer sociedade específica. (MESZÁRÓS, 2004, p. 65).

A difusão do conceito de agricultura familiar também pode ser considerada mais um discurso do capital para o campo e repercute na tentativa de apropriação do produto gerado pela força de trabalho camponesa, através do que Martins (1981) denomina de sujeição da renda da terra ao capital. Isto significa que o capital não mais necessita contratar trabalhadores para desempenhar determinadas tarefas no campo, basta a esse, agora, sujeitar os pequenos agricultores, os camponeses, que completamente inseridos no circuito produtivo do capital perde toda sua possibilidade de autonomia, convertendo-se, junto com sua família, em força de trabalho para o capital.

Ao analisar diversas formas de organização que envolve o trabalho familiar, mas que são denominadas por pequenos agricultores, pequenos produtores, agricultores familiares, camponeses, Fernandes (2002) destaca que, embora muitas vezes utilizados como termos semelhantes, esses espelham realidades e propósitos diferenciados.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Inclusive, em diversos estudos em Geografia agrária, os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa aparecem como se fossem a mesma coisa. Para ele, os teóricos da agricultura familiar defendem:

(...) Que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2002, p. 29-30)

De acordo com Fernandes (2002) o conceito – de agricultor familiar – passa a ser amplamente difundido a partir da década de 1990 em substituição ao conceito de agricultura camponesa e reflete, exatamente, as considerações em torno do avanço das relações capitalistas de produção no campo, a difusão de pesquisas e tecnologias que, por sua vez, permitiram um desenvolvimento da produção agrícola em níveis nunca vistos antes na história da humanidade. É obvio que não se pode pensar tal opção conceitual e prática fora das próprias demandas do capital, em seu processo de acumulação no campo. Dentro dessa leitura, o camponês não mais representaria esse novo sujeito do campo, que frente ao acesso a tais incrementos metodológicos (ainda que de forma subordinada) se modernizou, encontrando-se, inteiramente, vinculado ao mercado. Assim, os saberes tradicionalmente acumulados que caracterizam o modo de vida camponês não mais faria sentido e ainda poderia funcionar como impeditivo à ampliação das inovações “necessárias” ao campo. No Brasil tais discursos passam a ganhar novos ecos com os trabalhos desenvolvidos por Ricardo Abramovay (1992) e José Eli da Veiga (2000). Essas análises, por outro lado, são fortemente influenciadas pelos estudos desenvolvidos por Hugues Lamarche (1994). O pensamento de Lamarche (1994) segundo Fernandes (2002, p. 03) pode ser resumido da seguinte forma:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

(...) Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um *modelo selvagem* (sic) para um *modelo ideal* (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do *projeto da sociedade para os agricultores* (sic), tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar. Nessa linha de pensamento, o camponês também seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência. É assim que LAMARCHE explica a exploração e a eliminação dos camponeses, na lógica da diferenciação e da desintegração do campesinato, conceitos tão caros a Lênin (1985) e Kautsky (1986).

Para Carvalho (2005) o conceito de agricultura familiar pode ser entendido como aquele em que: “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (p. 27), portanto associando família, produção, trabalho. Nesta perspectiva a agricultura camponesa tradicional seria uma das formas sociais de agricultura familiar, já que também se origina no trinômio família, produção, trabalho; no entanto, o conceito de agricultura familiar tem particularidades que a distingue do conjunto maior da agricultura familiar, que se referem aos objetivos da atividade econômica e sua forma de inserção na sociedade global. Assim sendo, todo camponês pode ser entendido como agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. O que define o limite entre ambos é a forma de organização da produção, e obviamente os objetivos desta.

Fica claro que, a leitura que se tem da agricultura camponesa “tradicional” é que esse sujeito social pertence a uma sociedade do passado, não se inserindo completamente, com seu conjunto de práticas sociais, valores, etc. numa sociedade “moderna”. Nesse aspecto, apenas aqueles agricultores que conseguirem “modernizar” suas relações de produção, absorvendo conhecimentos técnicos e científicos se tornariam agricultores familiares integrados ao mercado.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Porém, cabe-nos perguntar: se tanto a agricultura familiar quanto a agricultura camponesa baseiam-se na relação família, produção, trabalho; o que diferencia um conceito do outro? Os camponeses podem ser entendidos como sujeitos sociais que se reproduziram nas contradições do capitalismo e, embora a esse se subordine, desenvolveram formas de enfrentamento com esse modo de produção, a fim de que pudessem manter seus modos de vida, assim sendo, ao promover um processo de enfrentamento com o capital, o camponês se constitui classe, que ainda na condição de subalternidade consegue resistir numa sociedade capitalista. Ao se colocar enquanto classe e promover um enfrentamento com as classes dominantes no campo, o campesinato acaba reacendendo a luta de classes no campo.

Por isso é que diversos autores chamam atenção para o entendimento do campesinato enquanto um conceito político, de enfrentamento aos projetos do capital, já que sua lógica de reprodução social difere da ótica capitalista. É nesse sentido que Shanin (1980) destaca que o significado político do conceito de camponês garantiu uma periodicidade de seu próprio uso, sempre refletindo a história social em sentido amplo, mas também uma dinâmica específica do pensamento acadêmico. Já aqueles que optam em utilizar o conceito de agricultura familiar o fazem aceitando que interessa ao capitalismo reproduzir a força de trabalho familiar, para que por meio dessa possa garantir o processo de sujeição da renda da terra, mas não interessa reproduzir o conteúdo político, tão logo de classes, embutido no conceito de agricultura camponesa. A leitura que se busca é a das vantagens da inserção do agricultor familiar nos projetos do capital, ou seja, em se inserindo na lógica do capital, o sentido de enfrentamento de classes antagônicas desaparece, assim como todo o conteúdo político e de resistência que o conceito de camponês carrega historicamente.

Na Geografia uma forte expressão do uso do conceito de agricultor familiar é apresentado por Hespanhol (2000), quando afirma que:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

(...) a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2).

Os discursos do capital e do Estado para a “agricultura familiar” consubstanciam com o grande peso que esses sujeitos sociais desempenham na produção agrícola nacional, sobretudo no que se refere aos cultivos voltados ao mercado interno, além de serem os grandes responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no campo, isto é demonstrado pelo pesquisador da Embrapa Pantanal Frederico Olivieri Lisita, em artigo publicado em 28/10/05, e disponibilizado no Portal do Agronegócio, quando destaca que:

A agropecuária familiar no Brasil possui importância fundamental na geração de renda, empregos e principalmente na produção de alimentos; segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente em nosso país há cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos agropecuários de caráter familiar, correspondendo a 80% do total, responsáveis pela ocupação de cerca de 70% da mão-de-obra na área rural dos municípios brasileiros. Tais unidades produtivas respondem por 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos e dos frangos, 52% do leite, 49% do milho e 31% do arroz produzidos no Brasil. (...) Na safra 2003/2004, os agropecuaristas familiares acessaram R\$ 4,5 bilhões e a agropecuária comercial R\$ 33,5 bilhões (7,44 vezes mais); para a safra 2004/2005 a previsão é de R\$ 7,0 bilhões e R\$ 39,45 bilhões, respectivamente (5,64 vezes mais). Entretanto, vale ressaltar que, em geral, a previsão para a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

agropecuária familiar é maior do que é efetivamente liberado. Para a agropecuária comercial ocorre o contrário: a liberação é maior que a previsão (www.portaodoagronegocio.com.br).

Apesar de todo interesse do Estado e do capital, no que se refere às perspectivas da agricultura familiar, por conta dos resultados obtidos, os dados apresentados por Lisita deixam claro ainda a grande opção pelo agronegócio, que abocanha a grande maioria dos recursos que são empregados no campo brasileiro. Além disso, não raras vezes esses “pequenos agricultores” são responsabilizados nos discursos oficiais do Estado, pelos graves problemas existentes na agricultura, a exemplo do desemprego no campo, conforme destaca a declaração do Presidente da Comissão Nacional de Relações do Trabalho da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodolfo Tavares, em 17/09/07, segundo esse:

De acordo com a pesquisa, divulgada sexta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de pessoas que trabalham na agricultura caiu 3,1% de 2005 para 2006. Em números absolutos, o nível de emprego no setor passou de 17,832 milhões para 17,263 milhões - menos até que o registrado em 2004. (...) a safra recorde de 131,4 milhões de toneladas registrada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostra que a queda no emprego não afetou a agricultura comercial. "Muito pelo contrário, a pesquisa mostrou que o país está conseguindo produzir mais com menos trabalhadores", (...) Para a agricultura familiar, no entanto, Tavares traça um cenário oposto, que provoca a queda do emprego e da renda. "Muitas pequenas propriedades não conseguem produzir por mês nem o equivalente ao salário mínimo (www.portaodoagronegocio.com.br).

De acordo com esse discurso governamental, fica claro que “o problema” existente hoje no campo brasileiro é o fato de grande parte dos “agricultores familiares” não conseguirem alcançar um melhor nível tecnológico, portanto, o cenário que se vislumbra para esses sujeitos sociais é: ou buscar uma melhor



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

capacidade empreendedora ou deixar o campo e migrar para as cidades, em busca de “melhores” condições de vida. A falácia busca, ao mesmo tempo, condenar a agricultura camponesa, posto que para esses discursos voltados aos interesses do capital, são os sujeitos sociais que se constituem no único empecilho “a vitória final” do capital no campo, como também justificar estratégias de ação para inserir esses sujeitos sociais na produção capitalista, frente o volume dessa produção ser significativo, e cuja justificativa final seria a preocupação social de melhorar a renda e gerar empregos no campo.

Um dos exemplos dessa sujeição camponesa ao capital é apontado por Oliveira (2007) no Centro-Sul de Sergipe, quando o Estado passa a atuar na garantia da reprodução do capital no campo, por meio do Programa de Revitalização da Citricultura, com destaque a produção da laranja, que representa o mote do agronegócio na área, objetivando o aumento da produtividade, sob o “discurso” de resolver os problemas de pobreza e miséria na região. Contudo, o programa de revitalização é seletivo, e promove a exclusão da maior parte dos camponeses que tradicionalmente produziam suas próprias mudas e tinha baixo poder aquisitivo. A atividade de produção de muda, fora dos viveiros telados, é considerada “ilegal” pelo Estado, e os camponeses passam a ser obrigados a adquirir mudas produzidas nestes viveiros, encarecendo a produção, tornando-os cada vez mais dependentes e repercutindo no agravamento das condições de vida das famílias. Por isso, Oliveira (2007) afirma que:

No processo de incorporação dessas tecnologias, que envolve parcialmente os camponeses, há uma redefinição de novas formas de trabalho, que operam no sentido de tornar a unidade camponesa mais dependente dos mecanismos de mercado, seja na obtenção de seus meios de vida, seja na compra de insumos para a produção dos instrumentos de trabalho, na divisão e execução do seu trabalho, como também da própria terra na venda de mercadorias (p. 185).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Por outro lado, deixa claro que os projetos do capital buscam aumentar a dependência do camponês, mas não deixar de explorar sua força de trabalho, transformando-o em agricultor familiar, desprovido de qualquer autonomia na produção:

(...) No campo, o aumento da composição técnica/orgânica do capital é desenvolvido de forma desigual e tem como objetivo elevar a produtividade do trabalho sob diversas formas. Esse processo ocorre de forma desigual e contraditória, e envolve a inserção de tecnologias para a redução dos custos sob o controle das grandes transnacionais, um aumento da exploração do trabalho assalariado e simultaneamente do trabalho camponês, subordinando-o às indústrias e aos Bancos. A ampliação divisória social e territorial do trabalho é um corolário da reestruturação produtiva da agricultura (OLIVEIRA, 2007. p. 183).

Para os defensores da agricultura familiar, o discurso pauta-se nas possibilidades de melhoria da renda do produtor, sendo o mesmo inserido no mercado, esquecendo-se que essa inserção se faz de forma subordinada, e cuja dependência com relação às grandes empresas é tamanha que acaba por reduzir esses agricultores familiares à mera força de trabalho para o capital. Por outro lado, no que se refere à agricultura camponesa, cabe destacar que embora esses se subordinem a lógica capitalista, isto se faz como possibilidade de continuar se reproduzindo socialmente.

Isso significa lutar para não perderem sua condição de camponeses, de terem autonomia, ainda que relativa no processo produtivo, de garantirem o direito de se apropriar, ao menos em parte, do produto de seu trabalho, de assegurarem um controle, ainda que relativo, do seu tempo de trabalho e de seu ser social, o que, raramente acontece quando esses se inserem, completamente, nos projetos do capital. Se a inserção dos agricultores familiares nos circuitos do capital é o objetivo maior, então não se tem por que lutar contra o capital, e o



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

esvaziamento do conteúdo de classes é total, coadunando com as abordagens pós-modernas para quem a luta de classes está superada, mediante a inevitabilidade e insuperabilidade do capitalismo.

Um exemplo da despolitização do conceito de agricultura familiar pode ser observado nas estratégias de integração das granjas às grandes empresas capitalistas, onde, diferentemente do discurso da melhoria das condições de vida, o granjeiro e sua família tornam-se escravos do tempo do capital, de sua lógica produtiva e não mais decidem os destinos de suas vidas. Isso pode ser visualizado em Carneiro (1997) quando ao destacar os objetivos da agricultura familiar, enquanto possibilidade de “desenvolvimento econômico” para o país declara que:

(...) Torna-se, portanto, indispensável a implementação de medidas que organizem o mercado e garantam preço para a agricultura familiar; caso contrário, ela permanecerá à margem do processo de desenvolvimento econômico, em situação extremamente desfavorável devido à incapacidade de competir em espaços sociais sob a hegemonia da grande empresa e dos grandes negócios agroindustriais.

É como se fosse possível criar um mercado paralelo e fortalecido para a “agricultura familiar” fora da sanha do capital. Como se essa inserção não se fizesse exatamente de forma subordinada e que o grande problema do campo brasileiro fosse à questão econômica, fato que os próprios dados oficiais contestam ao demonstram os consideráveis aumentos na safra brasileira. O problema do campo é social, e se espelha na degradação das condições de trabalho a que os trabalhadores rurais estão sujeitos, a inserção subordinada dos pequenos em relação aos grandes, e o não acesso a terra a centenas e milhares de famílias que não tem alternativa de se reproduzir socialmente.

A lógica da agricultura familiar, por outro lado, difere bastante da forma de viver e produzir dos agricultores camponeses dos assentamentos rurais do MST, por exemplo, posto que o conteúdo de classes está posto, já estes lutaram para ter



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

o acesso a terra (de onde a maioria foi expulsa em momentos anteriores) e, embora destinem parte de sua produção para o mercado, como estratégia de sobrevivência, têm consciência da opressão dos projetos do capital e dos grandes latifundiários rentistas.

Por outro lado, há que se considerar as “novas” formas de investida do capital, inclusive no que se refere à inserção subordinada dos assentados rurais aos projetos do capital no campo, com total apoio do Estado brasileiro, perspectiva esta que se encontra presente no próprio Plano Nacional de Reforma Agrária, do Governo Lula da Silva, cujo eixo central é a geração de emprego e renda no campo, quando seus sujeitos são considerados agricultores familiares, a serem inseridos na lógica do mercado e não camponeses em luta para garantirem, com o mínimo de autonomia, sua reprodução social no campo. Esta já é uma realidade muito concreta em diversas experiências no Sul e Sudeste do país, onde o capital e os latifundiários buscam, com total apoio do Estado, atuar com um duplo objetivo: primeiro garantir novos espaços de reprodução do capital, se apropriando da renda da terra camponesa, segundo frear a luta de classes em curso no campo brasileiro, o que, ideologicamente, constitui-se na desarticulação e desmobilização frentes aos projetos do capital, que agora teriam amplo acesso no campo, ou seja, não teriam mais nenhum impeditivo – com a redenção dos movimentos sociais. É o que chamam de “agronegócio”. Esta investida é demonstrada pela reportagem da Embrapa Agroindústria de Alimentos, realizada no dia 05/09/07 e intitulada: *Agroindústrias em assentamentos: do papel à realidade*.

(...) Desde meados dos anos 1990, várias têm sido as iniciativas públicas e privadas para viabilizar projetos agroindustriais em comunidades de agricultores familiares, com destaque para a adequação da legislação sanitária aos empreendimentos de pequeno porte ou artesanais, bem como a concessão de crédito financeiro, isenções fiscais e assistência técnica. (...) A Embrapa Agroindústria de Alimentos (Rio de Janeiro-RJ) em parceria com associações de agricultores assentados, INCRA e órgãos de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

assistência técnica, vêm consolidando uma proposta de implementação de duas agroindústrias em áreas de assentamento de reforma agrária. As ações, que incluem diagnóstico participativo, estudos de cadeias de valor, pesquisas de mercado, elaboração participativa de planos de negócios e capacitação, estão voltadas para o fortalecimento da capacidade organizacional de associações e cooperativas de agricultores familiares e a viabilização concreta de empreendimentos agroindustriais coletivos no âmbito da economia solidária. (www.portaodoagronegocio.com.br).

Destaca-se que, não se propõe negar toda e qualquer possibilidade de que os camponeses possam ter acesso a determinadas tecnologias e também se apropriar de parte da estrutura do Estado (que são destinadas, em sua maioria, aos grandes latifundiários e empresas rurais do país). Contudo, o que se questiona são os reais objetivos do desenvolvimento de tais projetos, quando muito se fala da integração ao mercado e nada se considera das reais condições de vida dos assentados, de forma que esses possam ter maior autonomia, até mesmo para comercializar seus produtos. O conceito utilizado pelos projetos governamentais é o de agricultor familiar, considerado o caminho para o campo brasileiro. Assim, visam minimizar as possibilidades dos conflitos de classe e abrem novas possibilidades para a expansão capitalista no campo.

Por outro lado, pensando dialeticamente o processo de expansão do capitalismo no campo, que promove a expropriação dos camponeses de suas terras ou tenta subordiná-los a sua lógica, o próprio capital, automaticamente, recria as possibilidades de reação a sua tentativa de hegemonia no campo, posto que aqueles que são expropriados de seus territórios ou tem o seu trabalho e de sua família subjugado, não apenas aceitam os projetos do capital, mas também o questionam. Assim, é nas próprias contradições do capitalismo, e suas investidas frente os trabalhadores assalariados e camponeses, que se gestam novas experiências de resistências e a lógica da “autonomia” camponesa se coloca como



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

uma das grandes possibilidades de enfrentamento, e de negação, aos projetos do capital.

É a luta pela condição de continuar existindo numa sociedade capitalista que faz do campesinato classe, nesse processo o saber camponês se faz fundamental – nos costumes, nas práticas, na forma como a família organiza a produção, na racionalidade que permite garantir o sustento da família, e que possibilita reafirmar o modo de vida camponês numa economia de mercado. É a luta para ter o direito de ser diferente, de ter uma forma própria de organizar a produção, que tem na família seu principal objetivo, diferente da ótica de mercado – quando o objetivo maior passa a ser o aumento da produção, para garantia do lucro.

Ao se organizarem em movimentos sociais e ocuparem terras, o campesinato entra em confronto direto com as classes dominantes – latifundiários e capitalistas, e passam a disputar territórios com estes, de forma a transformá-los em territórios da reprodução da vida. Na ótica capitalista, da agricultura familiar o processo é inverso, ou seja, é o capital que busca se apropriar dos territórios da reprodução da vida, com o objetivo de transformá-los em territórios do capital. São estes que passam a definir a produção, a forma e a quantidade a produzir, transformando as famílias em funcionários das empresas. A perversidade do processo consiste no fato de, no geral, estes não disporem dos direitos trabalhistas, e terem que assumir todos os riscos da produção, endividando-se com as empresas e correndo o risco constante de perderem suas terras, condição fundamental de sua reprodução social. Assim, são somente nos territórios da reprodução da vida que se pode pensar em uma palavra tão cara aqueles que se integram, de forma definitiva, ao mercado – a palavra autonomia, esta, ainda que parcial, só é possível de ser pensada nos territórios camponeses.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- BAHIA AGRÍCOLA. *Agricultura Familiar: Questões Atuais*. V. 2, n. 3, nov. 1998.
- BAHIA ANÁLISE E DADOS. *Agro Baiano*. V. 13. Nº. 4. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. 2006.
- CANUTO, Antônio. Escravos do Progresso. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2006*. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006, 236p.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, abril 1997: 70-82
- CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento no Campo Brasileiro*. São Paulo: Vozes, 2005.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2005*. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2005, 264p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2006*. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006, 236p.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. In: BAHIA ANÁLISE E DADOS. *Agro Baiano*. V. 13. Nº. 4. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar*. In: CD-Rom do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. AGB. João Pessoa/PB, 2002. (ISSN 0103-0883).
- HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. *A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente*. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.
- KOOPMANS, José. *Além do Eucalipto. O Papel do Extremo Sul*. 2ª Ed. Teixeira de Freitas; Centro de Defesa dos Directos Humanos, 2005.
- LAMARCHE, Hugues. (Coord.). *L'agriculture familiale - 1: Une réalité polymorphe*. Paris, L'Harmattan, 1994, 304p.
- _____. *L'agriculture familiale - 2: Du mythe à la réalité*. Paris, L'Harmattan, 1994, 303p.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Barbárie e Modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil*; In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, jul-dez, 2003, p. 113-156.

_____. Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2005*. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2005, 264p.

_____. *Agricultura, Território e Movimentos Sociais (Palestra)*. USP/FFLCH, Dezembro de 2005b.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. *As Tecnologias e suas Interfaces no Campo como Estratégia de Controle do Capital*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Recentes transformações no rural baiano*. Salvador: SEI, 2003. 70 p. il. (Série estudos e pesquisas, 68).

SILVA, José Graziano da. *A Nova dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, 1996.

_____. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp – Instituto de Economia, 2001. 20p. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/>. Acesso em: 20 set. 2003.

VEIGA, José Eli da. *A Face Rural do Desenvolvimento. Natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VIANA, João Aurélio Soares. Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa. In: BAHIA ANÁLISE E DADOS. *Agro Baiano*. V. 13. N°. 4. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.